

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA, MUNDO DO TRABALHO E LUTA PELA TERRA NO BRASIL: A PENETRAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Victor Marchesin Corrêa¹
Joelson Gonçalves de Carvalho²

Resumo

O primeiro objetivo do presente trabalho é analisar o processo de modernização do campo e suas consequências, especialmente nas relações de trabalho no campo, buscando associar este movimento à análise teórica leninista na qual a diferenciação do campesinato seria parte de um processo de desaparecimento do mesmo. O recorte temporal escolhido será o do início do processo de modernização que se começa na década de 1960 e avança até, pelo menos meados da década de 1980, período este que o desenvolvimento capitalista no campo passa a encontrar novas formas de resistência, notadamente com surgimento de movimentos sociais organizados como o MST, em meio à redemocratização do país e, para tanto, nos valeremos dos diversos dados dos censos agropecuários feitos pelo IBGE neste período. A partir desta análise, o segundo objetivo deste trabalho é o de verificar se a tendência do desaparecimento do campesinato, teria encontrado seus limites no Brasil na medida em que a reorganização dos movimentos sociais, a partir dos anos 1980 até o presente momento, não apenas recolocaram a questão do campesinato na agenda, bem como a materializaram na forma de um expressivo número de assentamentos e novas famílias assentadas que foram quantificadas pelo trabalho no Núcleo de Estudos de Reforma Agrária (NERA) ligado a UNESP de Presidente Prudente/SP. Nossa hipótese é que o processo de diferenciação do campesinato brasileiro, nos moldes das relações capitalistas tradicionais, transformou camponeses pobres em trabalhadores rurais precarizados e sem terras, vendedores de força de trabalho, mas ao, mesmo tempo, dialeticamente, contribuiu contraditoriamente na reorganização da classe trabalhadora em prol da luta pela terra e pela resignificação do campesinato enquanto categoria social de análise.

Palavras-chave: modernização agrícola, campesinato, luta pela terra

1 Graduando em Ciências Sociais na UFSCar e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER). E-mail: victormarchesincorrea@gmail.com.

2 Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER). E-mail: joelsonjoe@yahoo.com.br.

1. Introdução

Entre diversos acontecimentos, o ano de 1964 é o ano no qual é decretado o Estatuto da Terra, que formaliza, finalmente, o trabalho rural e pode ser considerado um evento de peso na história agrária brasileira. É também nesse ano que, em decorrência do golpe militar e do início da ditadura, o Estado dá sua resposta a um longo debate que vinha se formando desde os anos 1930 acerca da questão agrária e da necessidade (ou não) de reformas na estrutura fundiária nacional. Bloqueia-se assim a questão, pelo menos no âmbito governamental, silenciando (e reprimindo) as demandas populares.

A esta resposta do Estado brasileiro à questão agrária nos anos 1960, que perdurou até pelo menos o início dos anos 1980 – em que o contexto de redemocratização e reorganização dos movimentos sociais de luta pela terra dão novos contornos à temática –, deu-se o nome de modernização conservadora: um modelo de desenvolvimento agrícola, e agrário, pautado pela mecanização da produção, expansão do latifúndio monocultor e exportador e integração da agricultura à dinâmica industrial e a mercados internacionais. Se tal processo não dá início a penetração do capitalismo no campo, sem dúvidas consolida-o, com alterações drásticas nas relações capitalistas na agricultura e no cenário rural brasileiro como um todo.

É justamente esse fenômeno o objeto central deste trabalho. Desta forma, temos por objetivo analisar a penetração das relações capitalistas na realidade agrária brasileira e suas consecutivas implicações, tanto do ponto de vista estrutural – concentração fundiária e de renda, demanda por mão de obra e acesso à terra, mecanização e desenvolvimento técnico da agricultura – quanto seus efeitos político-sociais que se refletem no crescimento e intensificação das lutas populares pelo direito à terra, posto que, como analisa Carvalho (2011) em sua tese, “a viabilidade do modelo empresarial de agricultura preconizada por essa modernização privilegiou o latifúndio e a monocultura pelo seu caráter extensivo, que, ao mesmo tempo em que se mecanizou, negou trabalho”(2011, p. 21).

A proposta é produzir uma análise do processo de modernização conservadora vivenciado pela sociedade brasileira entre as décadas de 1960 a 1980, e suas consequências posteriores, a partir da análise de dados secundários do período produzidos principalmente pelo IBGE e pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), núcleo de pesquisa ligado à UNESP de Presidente Prudente.

Todavia, faz-se necessário, a priori, tecer algumas considerações a respeito do referencial teórico utilizado e de conceitos centrais para o artigo. A tradição marxista nas teorias sobre a questão agrária tem um peso significativo tanto acadêmica quanto politicamente, e com base nela se configura uma extensa gama de interpretações que nos dão instrumentos para pensar a realidade agrária, em especial a teoria leninista. Lenin baseia-se e na interpretação deixada por Marx, especialmente no tomo III d’O Capital de que o processo de desenvolvimento do capitalismo levaria à subordinação da agricultura à indústria num movimento de integração da mesma à economia mercantil e industrial ao analisar o desenvolvimento agrário russo do fim do século XIX, em sua obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, de 1899, e produz um esquema teórico de desenvolvimento do capitalismo no campo ao qual, podemos afirmar, a experiência brasileira se apresenta como um importante exemplo empírico.

Segundo Lenin, a introdução das relações capitalistas no campo levaria a um processo de diferenciação do campesinato nos moldes das relações capitalistas tradicionais, transformando camponeses pobres em assalariados rurais – vendedores de sua força de trabalho – e camponeses ricos em verdadeiros capitalistas, chamando atenção para o processo de eliminação dos camponeses médios e intensificação dos extremos, o

que ele denominou “descamponização” (LENIN,1982). Entretanto, a tese leninista vai além e, nas palavras de Lenin:

É claro que o surgimento de desigualdades entre os patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se esgota nessa diferenciação. O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esse novo tipo de burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados. (1982, p. 114)

Ou seja, “para Lenin a desintegração era certa e ocorreria na medida em que parte dos camponeses se transformaria em patrões e parte em operários agrícolas” (CARVALHO, 2015, p. 31) uma vez que as relações capitalistas adentrassem o seio das relações de produção do campesinato, que eram, por definição, adversas e opostas à lógica capitalista. Em Lenin, o campesinato se caracteriza pelo emprego da mão de obra familiar numa economia de subsistência; nesse sentido, a integração da produção camponesa à economia mercantil acarretaria, necessariamente em sua destruição, ou como o autor prefere, sua desintegração.

Posto isso, o trabalho neste artigo será o de fazer um estudo do processo de consolidação das relações capitalistas no cenário rural brasileiro à luz da tese leninista, buscando analisar o processo de diferenciação do campesinato brasileiro e sua tendência (ou não) ao desaparecimento, levando em conta o processo de desintegração do campesinato descrito por Lenin em 1899. Entretanto, não é o intuito deste trabalho (e nem deveria ser) fazer uma análise mecânica buscando adequar a realidade e toda sua complexidade à teoria, mas justamente o movimento contrário de verificação da teoria a partir do que nos mostra a experiência empírica da realidade social brasileira.

A definição demasiado rígida do campesinato em Lenin constitui um entrave prático notável se aplicada a realidade brasileira por um único motivo: esse “tipo ideal” do camponês clássico analisado por Lenin numa Rússia marcada por relações semifeudais jamais existiu no Brasil. Contudo, ao analisarmos a produção do camponês europeu dentro do contexto de relações feudais vemos que o pagamento da corveia (forma de acumulação privada do produto do trabalho social baseada nos direitos de propriedade do mundo feudal) que é, em si, um excedente de produção não direcionado ao consumo do camponês, não desclassifica o campesinato enquanto tal para Lenin, indicando que a integração do camponês ao modo de produção dominante em determinado tempo histórico é um fato da realidade social que não desqualifica sua categorização. É também nesta perspectiva que devemos trabalhar a integração do camponês ao mundo capitalista, levando em conta sua diversidade e suas inúmeras estratégias de reprodução social. Como orienta Carvalho (2015, p. 49): “A busca pelo entendimento do que vem a ser camponês ou campesinato deve vir acompanhada das devidas digressões e análises históricas para que não incorramos no erro de tentar explicar uma categoria dinâmica e mutável a partir de um olhar estático”.

Dito isso, vemos que a categoria “campesinato” em Lenin diz respeito a um tipo específico de camponês referente a um tempo e espaço igualmente específico que em nada desqualifica sua tese, entretanto, para sua aplicação no estudo do campesinato brasileiro, necessita de uma melhor adaptação, uma vez que “cada espaço possibilita

diferentes oportunidades e apresenta diferentes dificuldades à reprodução do campesinato” (GIRARDI; 2008. p. 104). Assim sendo, adotaremos a definição de campesinato proposta pelo geógrafo e pesquisador, Eduardo Paulon Girardi:

Camponeses são produtores que desenvolvem suas atividades com força de trabalho predominantemente familiar; que têm a terra como local de produção e reprodução social; que lutam permanência na terra e contra a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo (GIRARDI, 2008, p. 108)

Sendo assim, dividimos esse artigo em três partes, de modo a cumprir os objetivos propostos. A primeira trata do tema da modernização conservadora da agricultura, descrevendo seu processo e demonstrando de que modos tais mudanças configuram uma penetração do capitalismo no campo e suas consequências para o campesinato. Em seguida, trata-se das consequências políticas e dos conflitos engendrados da nova dinâmica rural brasileira, expondo as características desse conflito à luz da reorganização dos movimentos sociais de luta pela terra e o contexto de abertura democrática seguindo de uma conclusão referente à discussão apresentada.

2. A modernização conservadora e seus efeitos

Como dito anteriormente, o processo de modernização conservadora vivenciado nas décadas de 1960, 1970 e meados da década de 1980 marcou a consolidação das relações capitalistas na realidade agrária nacional. Tal processo alterou as bases técnicas da produção agrícola brasileira priorizando e intensificando o desenvolvimento do latifúndio, em maior relevância o latifúndio exportador, a partir da introjeção tecnológica no processo produtivo – notadamente a adoção de insumos industriais oriundos do processo de inovação tecnológica que ficou conhecido como “Revolução Verde” e a mecanização da produção agrícola – estreitando laços entre a Agricultura e a Indústria, alterando de forma estrutural o setor agropecuário brasileiro e culminando na criação de Complexos Agroindustriais (CAI) ou no fortalecimento e consolidação dos já existentes, a exemplo do complexo cafeeiro (CARVALHO, 2011).

Esse fenômeno, tratado a partir da perspectiva marxista e leninista de análise da questão, configura, em si, uma tendência – ou diretriz – do desenvolvimento capitalista como um todo e do processo de expansão do capital em sua conquista de novos mercados; contudo, seria simplório e reducionista abordá-lo como natural e ignorar todo o espectro político e social que cerca a questão agrária nacional como um todo. Como já sinalizado, o que chamamos de “modernização conservadora” foi uma resposta, diga-se de passagem, unilateral e antidemocrática (CARVALHO, 2011) do governo militar à questão agrária que se colocava em pauta no momento.

Ainda sobre esse fenômeno, Delgado (2012) enfatiza que “é importante ter em conta que a chamada ‘modernização conservadora’ da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária. Trata-se ainda de uma resposta à política agrícola dominada excessivamente pelo IBC à valorização cafeeira e ao regime cambial dos anos 50.” (2012, p. 13).

O Estado brasileiro teve um papel fundamental e pode-se dizer que foi o alicerce do desenvolvimento agrícola aqui estudado; atrelado a ele, os novos pactos políticos estruturantes do governo militar foram de suma importância para traçar os contornos e dar o rumo da política de desenvolvimento em que se deu a modernização conservadora da agricultura. De forma evidente, a participação – e a falta dela – no planejamento governamental de tal política econômica pelos diversos setores da sociedade trouxeram

consequências não só na reestruturação da estrutura fundiária e da produção agrícola brasileira. Segundo Delgado:

Fica evidente da observação de todo o período analisado – mas principalmente da sua fase final – que a tácita exclusão dos sindicatos e de outras representações de trabalhadores e produtores familiares do projeto de modernização, aprofundou o fosso de desigualdade de todo o sistema econômico, e não apenas do setor rural. Também ficou patente na construção do aparelho de Estado, desde Vargas até o final do regime militar, a predominância da associação entre o capital agrário e a grande propriedade, albergados nos favores fiscais e financeiros do governo federal. (2012, p. 20)

Podemos dizer então que esse movimento do setor primário da economia, mais do que um processo de desenvolvimento agrícola, foi um projeto de desenvolvimento agrário que “apoiou-se na fragilidade social e política da base da pirâmide social em comparecer à esfera pública com demandas próprias e concorrentes àquelas que constituíram o pacto da modernização conservadora” (DELGADO; 2012, P. 20). Para tanto, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que foi instaurado no mesmo ano do golpe – apesar de só ser organizado de fato pela resolução 69 do Conselho Monetário Nacional em 1967 – constituiu o principal instrumento de política econômica para o campo do Estado brasileiro.

A elaboração do SNCR foi feita a partir da lógica do aumento da produtividade agrícola e sua integração com o setor industrial e demonstra já num primeiro momento que “seu caráter seletivo e concentrador foi marcado não só pela concentração de renda como também pela concentração regional, tendo seus maiores beneficiários os grandes produtores, a agroindústria e, de modo regional, a região centro-sul.” (CARVALHO; 2011, p. 23). O caráter expansionista desta política de crédito rural se evidencia nos valores aplicados, que tendo seu auge em 1976, contou com uma soma de mais de 20 bilhões de dólares – o equivalente a 100% do PIB da agricultura para o momento; com a seguinte alocação de recursos, demonstrada na tabela a seguir:

Anos	Crédito de Custeio	Crédito de Investimentos	Crédito Comercial
1969	25.873,80	15.649,80	14.176,80
1970	29.543,70	17.982,10	18.719,90
1971	24.957,70	16.918,40	15.475,50
1972	29.610,70	23.522,70	17.985,90
1973	42.949,30	33.278,80	24.384,50
1974	56.003,00	37.652,70	30.726,00
1975	79.480,20	56.683,50	45.172,50
1976	78.399,10	60.233,20	47.149,50
1977	78.428,40	40.236,20	47.193,90
1978	80.437,00	42.122,40	46.108,50
1979	104.730,30	52.020,80	51.476,80
1980	113.720,90	37.700,90	49.558,90
1981	102.227,80	26.942,70	45.129,20
1982	108.582,80	22.138,90	38.080,40

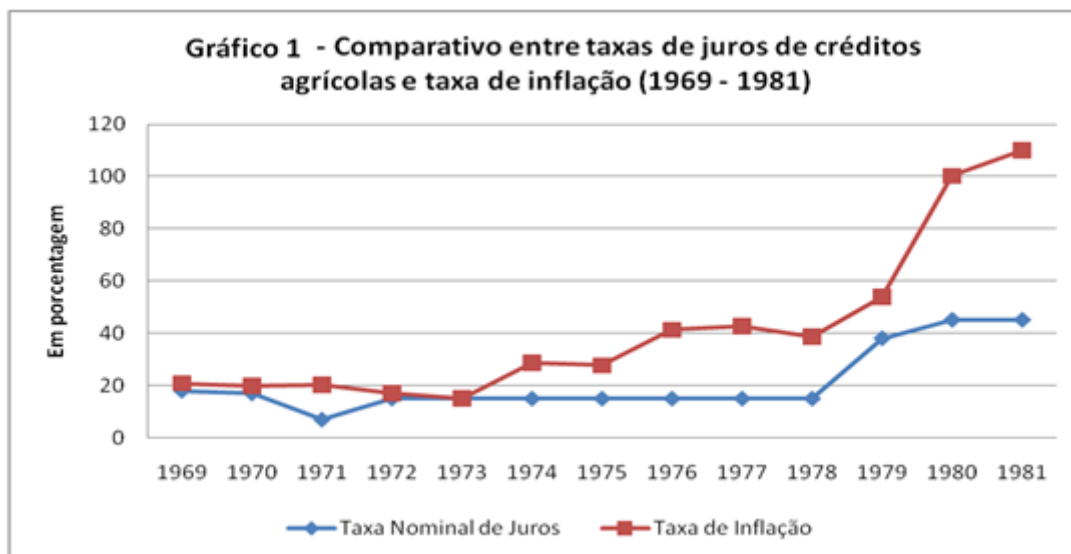
Fonte: DELGADO (1985, p. 81). Apud Carvalho (2011, p. 24).

O crédito de custeio é o montante destinado a financiar a produção efetivamente e cobrir o vácuo deixado pelo espaço de tempo necessário à realização da remuneração do capital agrícola, leia-se o período da safra para o caso das lavouras temporárias. Era centrado no financiamento de insumos modernos como fertilizantes, defensivos, sementes e rações e representaram sempre o maior volume de recursos. O crédito de custeio do SNCR foi fundamental para consolidar a integração entre a agropecuária e a indústria química e de biotecnologia que paralelamente se fortalecia e ganhava dinâmica própria em relação ao setor a que estava atrelada (CARVALHO; 2011).

O crédito comercial teve uma participação no desenvolvimento da agricultura capitalista através, principalmente, da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que garantia pelo Estado pisos ao preço dos produtos agropecuários e dava seguridade de escoamento da produção e lucratividade mínima aos grandes produtores.

Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro de crédito à produção (DELGADO; 2012, p. 15).

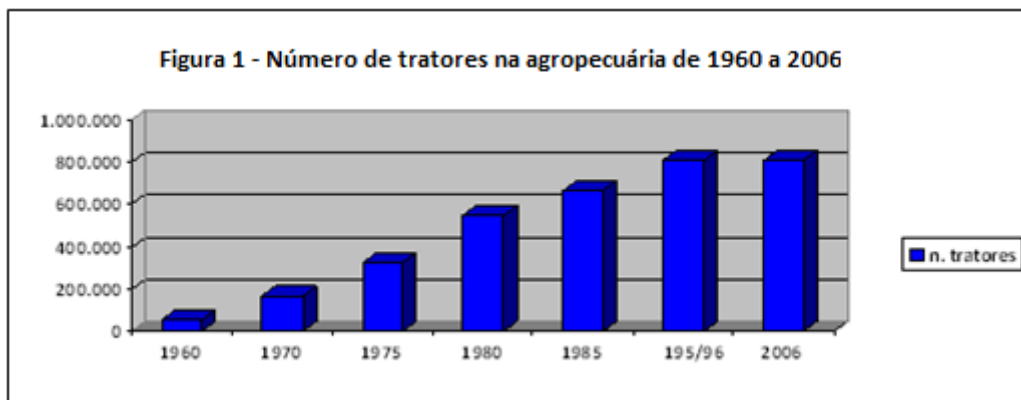
O Crédito de Investimentos será analisado mais à frente. Antes veremos um outro dado importante para se compreender o impulsionamento da produtividade agrícola:



Fonte: Delgado (1985). Apud Carvalho (2011, p. 23)

O gráfico a cima mostra uma comparação entre a taxa nominal de juros aplicada ao crédito agrícola e a taxa de inflação dos respectivos anos. Nota-se que a taxa de juros nominal, com exceção do ano de 1973, foi sempre menor do que a taxa de inflação, ou seja, foi aplicada durante praticamente todo o período de vigência do SNCR uma taxa negativa de juros aos beneficiados. “Isso quer dizer que o governo emprestava a determinada taxa de juros nominal, mas essa taxa de juros era inferior à inflação, ou seja, o latifundiário devedor pagava um valor menor que o que recebera do governo” (CARVALHO; 2015, p. 99). Tal política de crédito, acompanhada de uma política de redução dos riscos de produção foram fundamentais para alavancar a produção agrícola e garantir o sucesso das empresas rurais em consolidação.

Esse crédito a juros negativos financiava os investimentos em insumos tecnológicos através da modalidade de Crédito de Custeio por um lado enquanto por outro financiava a mecanização e o investimento em instalações e bens de capitais através do Crédito de Investimentos, condição fundamental para a passagem de uma agricultura rústica e com baixo nível de desenvolvimento técnico para uma agricultura capitalista de alta produtividade e alto grau de desenvolvimento tecnológico. Neste período, a frota de tratores de 4 rodas no Brasil passa de 61.345 unidades em 1960 para 545.205 vinte anos depois: um impressionante crescimento de 888,75%. A título de ilustração, pode ser observada no gráfico abaixo:



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1960/2006. Apud Carvalho (2011, p. 94).

Em consequência desse aumento mais que significativo na mecanização da produção agropecuária brasileira pode-se, evidentemente, questionar quais implicações essa mudança estrutural acarretou na situação do emprego da mão de obra no setor, o trabalho agrícola. Essa questão será melhor trabalhada no decorrer do trabalho, cabendo num primeiro momento demonstrar a relação quantitativa entre demanda de mão de obra e maquinário utilizado. Tem-se em 1960 uma relação de 255 trabalhadores para cada trator em utilização e uma média de 5 trabalhadores ocupados por estabelecimento agropecuário; no ano de 1985 tem-se uma relação de apenas 35 trabalhadores por trator e uma média de 4 trabalhadores ocupados por estabelecimento segundo dados de Szmresáyi (1986). Isso nos mostra que há uma clara modificação nas composições técnica e orgânica do capital agropecuário, com um aumento da participação do capital fixo na estrutura produtiva e uma diminuição da base real de criação de valor – em termos marxistas, a quantidade de trabalho não remunerado: em suma, o capital variável –, característico do desenvolvimento da produção capitalista. Assim, em síntese montou-se um sistema híbrido de política agrícola voltada para a desoneração dos riscos produtivos (PGPM e Proagro) e de incentivo a integração técnica agricultura-indústria (DELGADO, 2012, p. 15). A partir do demonstrado nota-se que:

O crédito rural foi um instrumento fundamental para a montagem e a consolidação de uma agricultura moderna e capitalista no Brasil, mas que, por privilegiar os grandes capitais, ratificou o latifúndio, desconsiderando, portanto, o fato de ser a questão agrária brasileira marcada pela desigualdade de acesso à terra e, por consequência, a financiamentos (CARVALHO; 2011, p. 100).

Os impactos do SNCR no desenvolvimento da agricultura foram evidentes. O investimento proporcionado pelo crédito governamental em duas frentes distintas de inovação tecnológica, a saber a indústria de insumos de produção e desenvolvimento e a indústria de bens de capital (em especial a mecânica) levou a uma verdadeira integração do setor agropecuário à economia industrial não só no que diz respeito à demanda do setor por produtos industrializados que agora integram sua produção como também no lado oposto da cadeia, no que diz respeito a oferta de produtos agrícolas que passaram a fornecer matérias primas a serem processadas por outros setores da indústria tais como a alimentícia e a sucroalcooleira, levando a formação de importantes Complexos Agroindustriais que hoje são centrais ao setor primário.

Os chamados CAIs são provas empíricas do movimento premeditado por Marx e Lenin de integração e subordinação da agricultura à indústria, visto que a primeira perde dinâmica própria e passa a atuar de maneira subordinada à dinâmica industrial a jusante. Assim, “a forma como se deu o desenvolvimento capitalista no campo acabou por subordinar a agricultura brasileira à lógica do capital, com sua tendência à concentração da propriedade da terra e dos meios de produção tais como máquinas, equipamentos, insumos, entre outros.” (2011, p. 43)³.

Segundo os dados do Censo Agrícola de 1960 e dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975 é possível visualizar o impacto do desenvolvimento agrícola na concentração fundiária brasileira. A seguir:

Tabela 2 – Índice de Gini corrigido da distribuição da posse da terra e porcentagens de áreas correspondentes de estabelecimentos agropecuários no Brasil – 1960, 1970 e 1975.

	1960	1970	1975
G*	0,842	0,844	0,855
(50-)	3,1%	2,9%	2,5%
(10+)	78,0%	77,7%	79,0%
(5+)	67,9%	67,0%	68,7%
(1+)	44,5%	43,1%	45,2%
Média	75 ha	60 ha	65 ha
Mediana	12 ha	9 ha	9 ha

Fonte: Graziano da Silva (1980, p. 355-360) Apud Carvalho (2011, p. 27).

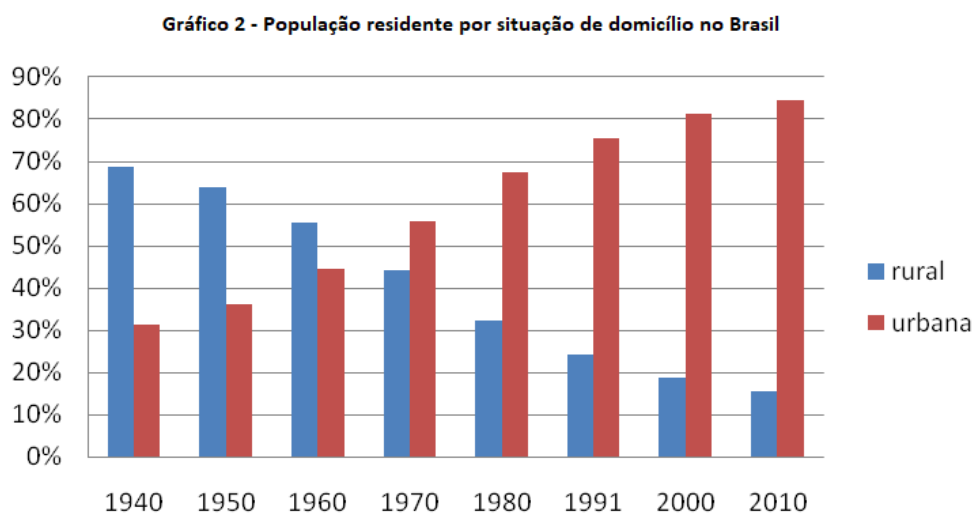
A partir da análise da tabela vemos que o Índice de Gini da distribuição da posse da terra aumentou um total de 0,013 durante os 15 anos de recorte dos dados, indicando um aumento na concentração de terras no Brasil no período. Além disso, observamos que a participação dos estabelecimentos com área inferior a mediana, a saber, a metade do total de estabelecimentos que detêm as menores áreas decresceu durante o período ao passo que os estabelecimentos de maior área aumentaram sua participação, indicando uma redistribuição das terras que beneficiou o latifúndio às custas da pequena propriedade.

³A respeito dos impactos da modernização conservadora na agricultura e na estrutura fundiária brasileira, em trabalho anterior Carvalho analisa de maneira concisa: As políticas públicas voltadas para um modelo produtivista que privilegiou a formação de cadeias complexas teve como consequência três características complementares entre si: a primeira foi a verticalização da produção agrícola, voltada à consolidação de complexos agroindustriais internacionalizados; a segunda foi a formação de nichos regionais de especialização produtiva; a terceira foi o elevado grau de concentração tanto da terra quanto do capital”. (2011, p. 29).

Concomitantemente ao exposto anteriormente, à concentração fundiária intensificada pelo processo de modernização conservadora segue-se o processo de concentração do produto agrícola, que em 1982 marcava 43% de toda produção rural concentrada em 1,72% dos estabelecimentos, segundo a pesquisa de Sergio Silva (1982, apud DELGADO; 2012 p. 18). Assim sendo, “é explícito hoje que a modernização não alterou o padrão de crescimento da agricultura, marcado pela expansão extensiva.” (CARVALHO; 2011, p. 27).

Em meio a todo esse processo, onde se encontra o campesinato brasileiro? A essa questão voltaremos o olhar agora, depois de demonstrado o processo de modernização conservadora brasileiro e seu caráter. Esperamos ter ficado claro até aqui que as modificações no cenário rural brasileiro no período que compreende a década de 1960 até meados da década de 80 configurou um processo de penetração e consolidação das relações capitalistas no campo, dada a integração do setor à economia industrial e as alterações da composição orgânica do capital agrícola nos moldes das estruturas capitalistas. A primeira consequência sentida pelos camponeses foi a liberação da mão de obra, ocasionada pelos efeitos da mecanização que ocupou uma parte significativa do trabalho.

Assim, nota-se esse efeito logo de início, olhando as estatísticas da população brasileira por situação de domicílio: na década de 1960 ainda se contava com a maioria da população brasileira vivendo no espaço rural, 55,3% contra 44,7% residente na cidade. Já na década de 70 essa relação se inverte nas pesquisas, passando a anotar 56% da população vivendo no urbano e 44% no rural, com contínua queda nas décadas posteriores como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: IBGE. Apud Carvalho (2011, p. 21)

Tal dado não nos indica necessariamente, em um primeiro momento, uma negação do trabalho rural, ou melhor dizendo, uma negação do espaço rural como espaço de trabalho, mas nos mostra de maneira objetiva a negação do espaço rural como espaço de vida na medida em que os diversos problemas referentes à ocupação da terra no Brasil produzem um imenso contingente desocupado e sem perspectiva de sobrevivência no campo que é absorvido – ainda que precariamente – pelas cidades. A tabela abaixo diz respeito aos dados referentes à ocupação da mão de obra no campo:

Tabela 3 - Pessoal ocupado e nº de tratores na agropecuária, segundo os Censos de 1960 a 2006

Dados estruturais	Censos						
	1960	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Pessoal ocupado	15.633.985	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.567.544
Tratores	61.535	165.870	323.113	545.205	665.280	803.742	820.673
PO/TR	254,07	106,00	62,97	38,82	35,17	22,31	20,19

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1960/2006. Apud Carvalho (2011, p. 40)

Analisando os dados absolutos da ocupação dos trabalhadores no campo, vemos que durante o período de 1960 a 1985 não há, de fato, redução na quantidade de trabalhadores empregados no setor rural, apesar dessa capacidade de absorção da agricultura capitalista se mostrar frágil e insustentável nos períodos seguintes, chegando a reduzir em 30% nos 20 anos seguintes à 1985 o número de trabalhadores ocupados. Entretanto é necessário que façamos uma análise, mais pormenorizada dessa situação.

O crescimento da ocupação no campo durante a ditadura militar nos mostra, em primeiro lugar, uma comprovação da tese leninista expressa em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” de que o desenvolvimento capitalista no campo faria criar seu próprio mercado interno, transformando camponeses antes integrados a unidades produtivas de subsistência em proletários rurais assalariados no seio de seu processo de diferenciação (LENIN, 1982).

Essa demanda crescente da agricultura por mão de obra no período se deve às transformações nela ocorridas e seu crescimento sustentado no período – contudo ficando patente nos períodos seguintes a capacidade extremamente limitada dessa estrutura agrária em absorver mão de obra. Entretanto, certas características sobre a ocupação rural do trabalho devem ser explicitadas: o desenvolvimento técnico da agricultura capitalista demandou um determinado contingente de mão de obra especializada que é contabilizada no cálculo feito pelo IBGE nos Censos agrícola e agropecuários, porém nos falta a informação dos números exatos, e que não compreende a mão de obra camponesa que vivia no campo até o início dos processos de modernização; outra característica importante a ser levada em conta para a compreensão das novas relações de trabalho que estão se estruturando diz respeito ao tipo de ocupação do trabalho rural. Observado na tabela abaixo:

Tabela 4 – Distribuição percentual da PEA de 10 anos ou mais, segundo a situação do domicílio e ramo de atividade principal no Brasil (1970/80 e 1990)

ANOS	URBANO		RURAL		TOTAL	
	AGR	N-AGR	AGR	N-AGR	AGR	N-AGR
1970	10,1	89,9	87,8	12,2	44,3	55,7
1980	7,6	92,4	79,7	20,3	29,3	70,7
1990	6,0	94,0	68,4	31,6	22,9	77,1

Fonte: Graziano da Silva (1996, p. 181). Apud Carvalho (2011, p. 26).

Focando nosso olhar apenas no espaço rural, vemos que em 1970 as atividades realizadas no campo eram 87,8% atividades agrícolas e 12,2% atividades não agrícolas; Em relação ao ano de 1990 há uma diminuição de quase 20% da participação das atividades agrícolas no total das atividades realizadas no campo brasileiro ao mesmo tempo que as atividades não-agrícolas aumentam também em quase 20% devido,

principalmente, ao desenvolvimento do setor do turismo e da indústria agrícola (ou que, pelo menos, ocupa o território rural). Dessa forma, podemos afirmar que existe uma realocação do campesinato no setor de serviços, integrado à economia mercantil, e no setor industrial, exercendo atividades que não fazem parte da base de atividades agrícolas as quais são intrinsecamente relacionados, dentro da perspectiva leninista. Desse modo, observamos empiricamente a transformação do campesinato pobre em assalariado rural ou operário agrícola da maneira descrita por Lenin objetivamente:

O conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato. Empregando a palavra ‘descamponização’, os próprios camponeses fornecem uma definição extremamente precisa e relevante desse processo, que redundará na destruição radical do antigo campesinato patriarcal e na criação de novos tipos de população rural (1982, p. 113)

Entretanto, a complexidade camponesa, em suas mais diversas formas e contextos, não consegue ser reduzida a uma equação tão simples. Eduardo Paulon Girardi, analisando em contexto o campesinato brasileiro em seu processo de integração ao desenvolvimento capitalista afirma:

A principal consequência da desintegração do campesinato é a pobreza do camponês, sua baixa qualidade de vida e dependência de fatores externos para conseguir produzir e permanecer no seu estabelecimento. Contudo, apesar de a desintegração ser um processo intenso pelo qual o campesinato tem passado, ele não tem como único destino o desaparecimento (GIRARDI; 2008, p. 107)

Porque o campesinato não é uma categoria rígida e imutável tal como trata o autor e revolucionário russo, é antes de tudo uma categoria marcada pelo dinamismo e capacidade de adaptação, com grande capacidade criativa para pôr em práticas diversas estratégias diferentes de reprodução social de acordo com o contexto que se confronta. Pois “o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, trata-se de um sistema econômico sobre cuja existência é possível encontrar as leis de sua própria reprodução e desenvolvimento” (CARVALHO; 2015, p. 35).

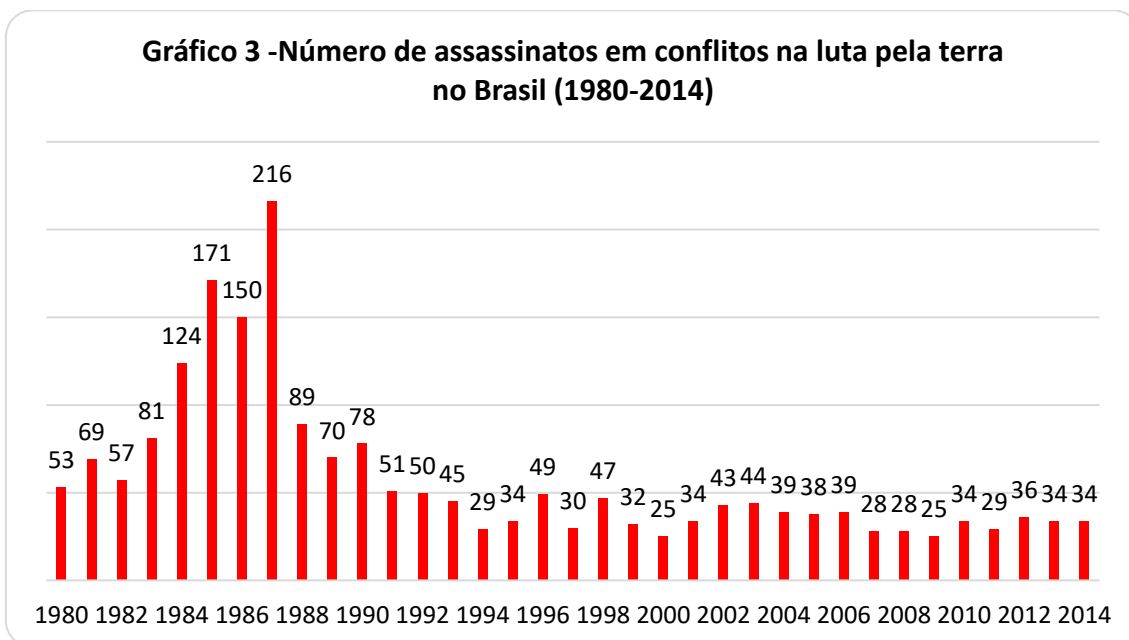
2. A luta pela terra a partir da década de 1980

A partir da análise do desenvolvimento rural brasileiro durante a ditadura militar, vemos que esse modelo, à medida que dava respostas à questão agrícola, agrava a questão agrária (CARVALHO, 2011, p. 37). Isso porque a política de desenvolvimento rural dos governos militares se deu de maneira a ratificar o latifúndio, em parceria com o grande capital e seus interesses. O contexto ditatorial foi de extrema importância para essa dinâmica, uma vez que perseguiu e proibiu diversos movimentos sociais de luta pela terra que vinham sendo criados desde o início da década de 1950, gerando impactos objetivos na organização dos trabalhadores rurais durante todos os 20 anos de ditadura. As lutas pela terra continuaram acontecendo, mas de maneira mais espontânea e com menor abrangência, tendo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) um importante papel nesse período; por ser uma organização da Igreja Católica, foi a única instituição capaz de se contrapor ao regime ditatorial (CARVALHO; 2015, p. 164).

A partir do início dos anos 80 e as pressões pela abertura democrática, surge um contexto mais favorável à organização do campesinato em movimentos de luta capazes de pautar suas demandas, à medida que também se reascende o debate pela Reforma Agrária no âmbito acadêmico e político, influenciado pelas discussões de uma nova constituinte. A primeira metade da década de 1980 pode ser considerada um momento importante na história nacional de repactuação dos pactos sociais e reorganização da luta política. A questão agrária emerge com grande força e, como analisa Carvalho:

(...) notadamente em 1984, com o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o ressurgimento das ocupações de terras como instrumento de pressão dos trabalhadores rurais, a luta pela terra ganhou nova dimensão, mais estrutura, com maior grau de organicidade e abrangência tanto em termos nacionais quanto em termos programáticos: a luta pela terra passa a ser uma luta por reforma agrária, ganhando escala nacional. (CARVALHO; 2015, p. 164)

A criação do MST é, definitivamente, um evento de peso na nova dinâmica do “agrário brasileiro” e na luta pela Reforma Agrária, pois retoma um aspecto igualmente interessante de ser analisado: o ressurgimento das ocupações de terras enquanto estratégia e instrumento de luta política. Este fato marca uma mudança fundamental nessa dinâmica na medida em que não só questiona o direito de propriedade burguês em que se sustenta toda estrutura fundiária brasileira, mas o atinge de maneira material e objetiva. Tal “afrota” tem consequências imediatas que se refletem diretamente no aumento da violência no campo, como vemos no Gráfico 3, a seguir:



Fonte: Carvalho; Bezerra Neto (2016, p. 316).

Como podemos observar, houve um aumento de 53% no número de assassinatos decorrentes de conflitos agrários em relação aos anos de 1983 e 1984 (em que surge o MST), seguindo de forma crescente até uma queda abrupta em 1988, não coincidentemente, o ano da promulgação da nova Constituição Brasileira. O caráter violento do conflito agrário é patente e os assassinatos decorrentes de conflitos no campo são um problema também atualmente a serem resolvidos ou, pelo menos, tratados com o devido respeito pelo poder público.

Com a abertura democrática, a Constituição de 1988 e os novos instrumentos de realização prática da demanda por acesso à terra atrelados a isso, crescem os movimentos sociais e intensificam-se as lutas e as ocupações. Segundo o Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA, 2016) chegaram a 137 o número de movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária e podemos observar um crescimento mais que significativo do número de ocupações, segundo o DATALUTA (2016). Ademais, no Atlas da Questão Agrária Brasileira, desenvolvido por Girardi (2008), fica patente uma outra dimensão do conflito agrário, que é interessante observamos, que se trata justamente da dimensão territorial do conflito agrário, que se estendeu a todo o país, com diferentes consequências em cada região. Em outras palavras, os focos de maior quantidade de ocupações (regiões sudeste e nordeste) e de maior quantidade de terras destinadas a assentamento (região norte), mostram uma certa divergência entre a luta e a política.

A título de exemplo, o estado de São Paulo que vem a ser o estado com a agricultura mais moderna e, também, a mais diversa, é também o principal em números de ocupações com 15% de todas as ocupações do território brasileiro, envolvendo 3.948 famílias, evidenciando os impactos da modernização conservadora na questão agrária e a consequente desigualdade gerada por ela (DATALUTA, 2016). De maneira que, isto “acaba por ratificar o caráter paradoxal da modernização rural iniciada em 1960.” (CARVALHO; 2011, p. 44).

É evidente, também, a disparidade entre o número total de ocupações e quantidade de assentamentos criados. Neste sentido, os dados do NERA indicam que, se, para 2016, tivemos 212 ocupações, no mesmo ano tivemos apenas 28 assentamentos criados. “É fato que a criação de assentamentos rurais, a luta pela terra e a política de reforma agrária não caminham na mesma velocidade, cabendo aos movimentos sociais a manutenção do tema, enquanto bandeira no debate político.” (CARVALHO; 2011, p 85). Apesar da luta dos movimentos sociais configurarem um importante contraponto ao modelo de desenvolvimento agrário centrado na produção da desigualdade, da concentração fundiária e negação do trabalho agrícola, pouca coisa se alterou em termos estruturais e, em que pese sua diminuição em alguns estados e municípios, a concentração de terras permaneceu inalterada nos últimos 20 anos (CARVALHO; 2015, p. 128).

3. Conclusão

Feitas as análises a respeito da penetração do capitalismo no cenário rural brasileiro, bem como suas consequências e implicações político-sociais no que tange a reorganização dos movimentos sociais de luta pela terra, podemos concluir que o processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira constituiu alterações na dinâmica agrícola e agrária brasileira nos moldes das relações capitalistas de produção, o que acarretou num processo de diferenciação do campesinato brasileiro. Neste processo, camponeses ricos se transformaram em capitalistas que tiveram sua produção integrada à lógica e a dinâmica industrial, o que levou a integração do setor agropecuário à indústria num processo de subordinação da primeira à segunda, de forma a confirmar a tese

leninista a respeito da formação do mercado interno para o capitalismo. Da mesma forma, pôde-se verificar a transformação do campesinato pobre em trabalhador assalariado (rural ou urbano) ou em operário agrícola.

A partir disso, podemos, à luz da tese leninista do desenvolvimento capitalista no campo, verificar que a penetração das relações de produção capitalistas na realidade agrária brasileira produziu efetivamente uma diferenciação camponesa e uma inserção da agricultura na dinâmica industrial – como propõe o teórico –, entretanto sua inevitável desintegração enquanto classe preconizada por Lenin não se sustenta na experiência empírica brasileira, tão complexa e diversa quanto as estratégias de sobrevivência e reprodução social do campesinato.

O campesinato, assim encontra dificuldades, quando se busca entendê-lo como uma categoria rígida e estável; ele é, antes de tudo, um modo criativo e dinâmico de vida, que tem no espaço rural e na atividade agrícola sua produção e sua reprodução social. Em seu confronto direto com o processo de integração ao modo de produção capitalista, o camponês cria estratégias de sobrevivência que são inúmeras e que se ajustam às diversas realidades específicas.

Assim, até a integração do camponês à economia mercantil-industrial não deve ser entendida como um processo de desintegração do campesinato. É, muitas vezes, apenas uma estratégia para sua própria reprodução. E dentre essas diversas estratégias do campesinato, uma se faz mais marcante e urgente e de caráter aglutinador: a luta pela terra. Assim, a reorganização dos movimentos sociais camponeses e a luta pela terra e reforma agrária configuram o maior exemplo de que o campesinato não segue sua sina rumo a seu calvário. A luta pela reforma agrária é a reafirmação do camponês, enquanto sujeito político, enquanto agente ativo e transformador, portanto, vivo em toda sua materialidade. O termo camponês e o reconhecimento identitário enquanto tal se recriam e se ressignificam no seio dos movimentos sociais de luta pela terra, evidenciando que campesinato é, – como demonstra Girardi em sua definição do termo, já apresentada anteriormente (GIRARDI, 2008) – também, uma categoria política, que se afirma no processo de luta pela terra.

Referências

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: O caso da região administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia/Unicamp. Campinas, 2011.

CARVALHO, J. G. *Economia Agrária*. Fundação CECIERJ. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

CARVALHO, J. G; BEZERRA NETO, L. Poder extraeconômico da terra e movimentos sociais camponeses: a luta pela democratização fundiária no Brasil. In: *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 7, n. 2, p. 303-323, jul./dez. 2016.

DATALUTA/NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. Data Luta: banco de dados de luta pela terra. Presidente Prudente, 2016.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Editora da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012.

GIRARDI, E. P. (2008). Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2008.

LENIN, V. I. (1982). *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o Processo de Formação do Mercado Interno Para a Grande Indústria*. Editora Abril Cultural. São Paulo, SP.